



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS
CÂMARA TÉCNICA EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO - CTECOM
ATA DA REUNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2022

1 Aos 12 (doze) dias do mês de julho de 2022, às 09h00min, reuniram-se os conselheiros da
2 Câmara Técnica Educação, Comunicação e Mobilização - CTECOM, por meio de
3 videoconferência. **Participaram os seguintes conselheiros (as):** Caroline Matos da Cruz
4 Correia – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Edinilson dos Santos – Prefeitura de
5 Contagem; Humberto Martins Marques – Prefeitura de Belo Horizonte; José de Castro
6 Procópio – Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios (ADAO); Luiz Felipe
7 Pedersoli Porto Maia - Associação Comunitária dos Moradores e Produtores da Agricultura
8 Familiar de Campo Alegre, Capim Branco, Serragem, Boquinha, Recanto, Varginha,
9 Marmelada – Morro da Garça. **Participaram também:** Dimas Correa, Giovanna Peluzo e
10 Karen Castelli – Equipe de Mobilização e Educação Ambiental do CBH Rio das
11 Velhas/FUNDEP; Sâmela Bitencourt e Rúbia Mansur – Agência Peixe Vivo (APV); Paulo
12 Barcala - Assessoria de Comunicação do CBH Rio das Velhas/Tanto Expresso; Poliana
13 Valgas – Prefeitura de Jequitibá. **Abertura, verificação de quórum e aprovação das atas**
14 **das reuniões de 26/04 e 10/05/2022.** O coordenador Edinilson Santos inicia a reunião
15 agradecendo a presença de todos e passa a palavra para Dimas Correa que tendo observado
16 o grau de presença e participação nas últimas reuniões da CTECOM, sugere a inversão de
17 cadeiras, tornando o conselheiro Luiz Felipe P. Porto Maia titular na cadeira número 8 e
18 Amanda Amorim Alves, suplente. A sugestão é aprovada por todos. Em seguida, é colocada
19 em votação a aprovação das atas das reuniões dos dias 26 de abril e 10 de maio. A ata do
20 dia 26 de abril é aprovada sem alterações, e a de 10 de maio com as proposições que
21 Edinilson enviou por e-mail. **Apresentação do resultado da primeira rodada dos “Diálogos**
22 **Regionais da Bacia do Rio das Velhas”.** Karen Castelli inicia a apresentação
23 contextualizando o modo de organização dos diálogos. No primeiro dia, em 14 de junho, foi
24 realizado o diálogo dos subcomitês do Alto Rio das Velhas, de forma presencial na sede do
25 CBH Rio das Velhas, tendo a participação de 20 pessoas. No dia 20 de junho foi realizado o
26 diálogo dos subcomitês do Médio Alto Rio das Velhas, *on-line*, tendo a participação de 22
27 pessoas. Por fim, no dia 23 de junho foi realizado o diálogo dos subcomitês do Médio Baixo e
28 Baixo Rio das Velhas, de forma presencial no CEFET do município de Curvelo, tendo 24
29 participantes. Somente o Subcomitê do Ribeirão Onça e o Subcomitê Guaicuí não
30 participaram do evento. Os objetivos destes encontros foram promover maior integração entre
31 os Subcomitês e parceiros inseridos na mesma região fisiográfica, com vistas ao
32 fortalecimento da governança, do diálogo e da gestão, bem como à melhoria da aplicação dos
33 recursos e maior efetividade das ações e projetos, além de realizar um mapeamento da
34 percepção dos conselheiros dos subcomitês sobre as ações desenvolvidas pelo CBH Rio das
35 Velhas e outras instituições, e compreender os avanços em termos de impactos positivos
36 produzidos no território e os desafios para garantir, de maneira coletiva, o alcance das metas
37 propostas no PDRH. Karen observa que os desafios apresentados nos três encontros são
38 muito parecidos. Destaca que o turismo é uma potencialidade de toda a bacia que deve ser
39 mais bem explorada e discutida pela diretoria Comitê, e em contrapartida o parcelamento
40 irregular de solo é um desafio geral que precisa ser observado. Outro debate recorrente foi a
41 fiscalização dos projetos hidroambientais por meio da Agência Peixe Vivo, tendo em vista que
42 alguns coordenadores a consideram deficitária e quando ocorre é apenas no que tange às
43 obras civis, e não nos processos de mobilização realizados pelas contratadas. Os principais
44 encaminhamentos foram: realizar um seminário sobre o turismo na bacia, dando ênfase ao
45 ecoturismo e arqueoespeleológico no Baixo Rio das Velhas, e falar sobre as potencialidades
46 turísticas, históricas no Alto Rio das Velhas, além de criar um mapa das potencialidades

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS
CÂMARA TÉCNICA EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO - CTECOM
ATA DA REUNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2022

47 turísticas da região. Reforçar a mobilização e a participação social com o apoio aos
48 municípios visando ações de melhoria da qualidade e da quantidade de água nas UTE's.
49 Preparar um seminário destacando o primeiro programa de pagamento por serviços
50 ambientais (PSA) na bacia do Rio das Velhas, que está sendo viabilizado com recursos da
51 cobrança, na UTE Rio Itabirito, e trazer os exemplos do município de Extrema e da proposta
52 de Buenópolis, que está trabalhando a partir do ICMS Ecológico. Contratar uma empresa para
53 fazer a parte extensiva do Pró-Mananciais, dando atenção à fiscalização das ações e apoiar a
54 formação do diagnóstico, a partir de um acordo com a Copasa. Procópio considera ser
55 importante prever nos contratos dos projetos hidroambientais uma forma manutenção das
56 barraginhas dentro de um período pós conclusão do projeto, utilizando mão de obra local. Diz
57 que o seminário sobre turismo precisa considerar atividades sustentáveis, que dependem de
58 iniciativas individuais, de base comunitária, lembrando que, de todo modo, dependem de
59 parcerias com empresas para que possam avançar em suas propostas. Edinilson fala que é
60 preciso fazer uma análise mais aprofundada e pensar melhor os objetivos no momento de
61 elaboração dos termos de referência, o que só é possível captando informações de quem
62 está vivenciando os projetos. E lembra também que a fiscalização sempre demandou um
63 resultado pouco produtivo. Rúbia diz que uma das diretrizes da Agência Peixe Vivo (APV) é a
64 melhoria continuada dos processos por meio de capacitações, reforçando conceitos e
65 definições para que posteriormente não gerem descontentamentos. E de fato, é necessário
66 repensar a educação ambiental e mobilização social dos projetos. **Discussão sobre a**
67 **situação atual da elaboração do Termo de Referência para contratação de projeto de**
68 **mobilização social e educação ambiental na bacia hidrográfica do Rio das Velhas.**
69 Poliana diz que a APV já finalizou a proposta inicial de TDR e enviou para a diretoria, que se
70 reuniu na última semana para avaliar e fazer apontamentos. O documento foi devolvido à
71 APV na última sexta-feira para que seja elaborada a composição de preços pré-licitação. Os
72 apontamentos da diretoria envolvem evidenciar a necessidade de 50% de reuniões
73 presenciais e 50% de reuniões virtuais; incorporar o plano de capacitação elaborado pela
74 CTECOM; definir melhor as ações de educação ambiental de acordo com a DN nº 06/2019
75 incluindo 2 profissionais na equipe chave com qualificação para elaborar o plano de educação
76 ambiental e executá-lo; ampliar o apoio aos subcomitês com a criação dos mesmos nas
77 UTE's que ainda não possuem; definir a carga horária da equipe para evitar que as empresas
78 concorrentes enviem propostas com os profissionais trabalhando com carga horária reduzida,
79 e conseqüentemente baixando o valor de suas propostas; e definição de uma diretora para
80 entrega de material físico como camisas e outros. Edinilson reforça que o intuito de pedir essa
81 pauta é no sentido de repassar informações, uma vez que muitos dos conselheiros não
82 tinham conhecimento da quantidade de informações que foram repassadas, o que gera um
83 alívio, pois é um contrato importante. Dimas reforça que uma dificuldade que a equipe tem
84 para executar as ações de educação ambiental conforme o plano de educação ambiental é
85 para além do volume de ações a serem executadas, a definição do público-alvo. O público-
86 alvo do atual contrato de mobilização é focado nos conselheiros do Comitê e dos subcomitês,
87 que é diferente do que é indicado na deliberação citada para a elaboração do plano de
88 educação ambiental. Esse público precisa ser bem definido, com a alocação dos recursos
89 necessários para executar as atividades com eles. Procópio lembra das dificuldades de
90 mobilização para criar os subcomitês, pois muitas UTE's possuem grande extensão territorial
91 e população reduzida, dificultando a sua composição, o que faz com que muitos conselheiros
92 atuem em mais de um subcomitê, gerando sobrecarga de trabalho. Procópio se lembra do

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS
CÂMARA TÉCNICA EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO - CTECOM
ATA DA REUNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2022

93 público das escolas para a educação ambiental, mas também do poder público, de forma a
94 fazer um planejamento ambiental mais técnico na construção de projetos conjuntos dentro
95 das diversas secretarias das prefeituras e dialogando com os planos diretores, tanto
96 municipais quanto o de recursos hídricos, e os planos de saneamento, dentre outros. Lembra
97 também do público ligado ao setor produtivo, e como incorporar suas ações ao PDRH Rio das
98 Velhas. Procópio considera que as reuniões dos subcomitês não podem ficar restritas aos
99 conselheiros, com o convite devendo ser ampliado para a sociedade como um todo. Além
100 disso, é preciso digitalizar as listas de presenças das reuniões e transformá-las em *mailing*,
101 de modo a contabilizar a ampliação dos contatos, sugerindo que essa definição conste no
102 TDR. Rúbia entende que algumas tarefas são prerrogativas do objeto do trabalho, mas de
103 todo modo, o quanto mais claro essas tarefas ficarem dentro do TDR, melhor. Dimas lembra
104 que com as definições dentro do TDR, é possível ter uma melhor organização, inclusive em
105 se tratando de relacionamento institucional, sendo possível aferir melhor as
106 responsabilidades. Poliana diz ter registrado todos os apontamentos dessa reunião, que
107 serão avaliados e posteriormente repassados para que a APV possa inserir no TDR.
108 **Informes gerais:** Poliana lembra que a enquete para escolha do nome do peixe Dourado,
109 símbolo da bacia do Rio das Velhas, trouxe alguns questionamentos, pois o nome escolhido,
110 Pirajú, remete ao nome de outros peixes da bacia do hidrográfica do Rio São Francisco, e é
111 um nome pouco aceito quando se trata de educação ambiental para o público infantil.
112 Procópio entende que será necessária uma transição do nome, tendo como exemplo a
113 possibilidade de um nome composto, conforme sugerido na última plenária do Comitê. Então,
114 talvez seja o caso de, durante uma campanha de educação ambiental e mobilização do
115 Comitê, se pensar em alguma composição do tipo. Lembrando que, de todo modo, tendo
116 como público-alvo as crianças em idade escolar, a aceitação destes ao nome do peixe é
117 importante. Dimas lembra sobre o comunicado da Procuradoria do IGAM quanto às vedações
118 dadas pelo período eleitoral, ficando suspensa até o fim das eleições deste ano a publicação
119 de qualquer conteúdo noticioso no portal do Comitê. Rubia explica que essa vedação se deu
120 em função do entendimento da procuradoria de que, a Cobrança sendo um recurso público,
121 tais diretrizes foram repassadas aos comitês. Somente notícias de reuniões ordinárias do
122 comitê podem ser publicadas. No mais, as demais ações não podem ser noticiadas. O
123 importante é tomar cuidado quanto às questões de cunho político, que é sempre importante
124 fazer consulta ao órgão gestor. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a coordenação
125 da CTECOM atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária para
126 possibilitar a participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se lavrou a
127 presente ata. **Encaminhamentos:** não houve.



Edinilson dos Santos
Coordenador da CTECOM